



ATA N.º 10/2025

Aos 23 dias do mês de setembro de 2025, no Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a quarta sessão ordinária do ano 2025, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Rui Manuel Martins Fidalgo, com a seguinte ordem de trabalhos:

A - Período de antes da ordem do dia

B - Ordem do dia

1. Aprovação do projeto de dissolução e liquidação do Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria (PERM EIM).
2. Proposta de Projeto de “Regulamento de Organização e Funcionamento da Polícia Municipal de Espinho” após consulta pública.
3. Proposta de alteração do modelo jurídico da LIPOR, no sentido da sua transformação de Associação de Municípios para Empresa Intermunicipal.
4. Proposta de “Plano Municipal de Saúde de Espinho 2025-2030”.
5. Proposta de alteração à Postura Municipal de Trânsito de Espinho - restrição de acesso a pesados com reboque na Rua do Agro Velho na União de Freguesias de Anta e Guetim.
6. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia.
7. Aprovação de atas de reuniões anteriores.
8. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

C - Assuntos para conhecimento

- Informação relativa à prática de atos ao abrigo das autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais, relativamente à assunção de compromissos plurianuais no período de 1 de junho a 31 de agosto de 2025.

D – Período de Intervenção do Público

-A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, José Adolfo Carvalho Rocha, Álvaro Paulo Alves Leite, Abel Jorge Correia dos Santos, Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno António Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Jorge Manuel Pinto de Oliveira Carvalho, Bruno José da Silva Morais e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim – Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro e da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Ana Paula Africano de Sousa e Silva por José Manuel Alves Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por Fernanda Maria Guedes Bastos, Isabel Resende por Manuel Augusto Gomes Novais, Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho por Pedro Tavares, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos por Manuel Cardoso Pereira. Faltou por motivo justificado Rosa Martins Freitas Duarte.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes os vereadores Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João de Oliveira Passos e Helder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião e referiu que seria transmitida em direto e lembrou que o público presente não podia fazer intervenções, nem expressões de vontades durante as intervenções dos elementos da Assembleia Municipal. Disse que tinha entrado na mesa requerimentos para intervenção do público presente, e deu à palavra a José Jorge Romeira Brandão, que fez uma exposição relativamente ao processo NIPG 1529/25, entrado a 30/01/2025, que se encontra pendente de resposta por parte da Câmara Municipal.

De seguida, os Srs. Hélder Luís Rocha Morgado, Carlos Alberto Jesus Rodrigues Silva, António Regedor e José Moreira expressaram a sua opinião quanto à criação da Polícia Municipal em Espinho.

Interveio ainda Pedro Costa que veio expor a situação em que se encontravam as instalações da Escola Domingos Capela e Ana Paula Castro sobre a disponibilização da verba de 130 mil euros que a Presidente da Câmara Municipal tinha prometido à Associação Patinhas sem Lar para construção do seu abrigo.

Não havendo mais pedidos de intervenção por parte do público, entrou-se no PAOD com o seguinte documento:

Jorge Carvalho (CDU): *“MOÇÃO (Povo Palestino): Em 1947 foi feita a partilha da Palestina pela Resolução 181 da ONU em que 55% do território foi atribuído aos judeus e 45% aos árabes (apesar*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPINHO



de terem o triplo da população) Em 1993, pelos Acordos de Oslo entre a Autoridade Nacional da Palestina (OLP) e Israel, os palestinianos ficavam com a Faixa de Gaza, Jerusalém Oriental e a Cisjordânia era dividida em 3 áreas: a Zona A era controlada totalmente pela Palestina; a Zona B era controlada pela Palestina, mas policiada por Israel e a Zona C era controlada totalmente por Israel. Israel nunca respeitou a partilha e em 1967, pela Resolução nº 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (aprovada por unanimidade) foi exigida a retirada de Israel dos territórios ocupados e o reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência de cada Estado. Isso votou a ser reafirmado em 1973 pela Resolução nº 338. A ONU já aprovou mais de 30 resoluções contra as violações por parte de Israel. Em 1938 Gandhi manifestou-se contra a criação de um Estado judaico no meio dos árabes e a violência que isso acarretaria. Perante a inquietante escalada de violência verificada no Médio Oriente e o dramático sofrimento a que está sujeito o Povo Palestino e com a profunda convicção de que só pela via política e no respeito pelas resoluções das Nações Unidas de reconhecimento dos direitos nacionais do Povo Palestino, incluindo a construção do seu próprio Estado, será possível encontrar uma solução justa e duradoura. Em 26 de Abril de 2002 e em 21 de Dezembro de 2023 a Assembleia Municipal de Espinho aprovou moções apelando à retirada das tropas de Israel. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 23 de Setembro de 2025, a) renova o apelo à retirada das tropas de Israel dos territórios palestinianos ocupados e ao respeito pelas resoluções das Nações Unidas no sentido de ser assegurado o direito aos povos Palestino e Israelita de viverem em paz e segurança nos seus próprios Estados mutuamente reconhecidos e respeitados, e b) manifesta a sua solidariedade e incentivo a todos quantos seriamente continuam empenhados na construção da paz.”

Não houve intervenções

Votação: Aprovado por unanimidade dos 24 membros presentes

Abel Santos (PSD): “Moção Por Unidades de Saúde Locais com Melhores Condições de Funcionamento: A manutenção, a modernização e a ampliação das unidades de saúde são condições indispensáveis para assegurar um atendimento digno, eficiente e de proximidade à população. No passado dia 8 de maio de 2024, realizou-se uma Assembleia Municipal extraordinária dedicada exclusivamente à Unidade de Saúde Familiar de Anta. Nessa sessão, o executivo municipal, eleito pelo Partido Socialista, juntamente com a atual Presidente da Câmara Municipal de Espinho, apresentou o projeto da nova unidade de saúde, a sua localização e a respetiva forma de financiamento. Decorridos mais de 16 meses, esta Assembleia não recebeu qualquer atualização sobre a construção da nova Unidade de Saúde Familiar de Anta nem sobre a remodelação da Unidade de Saúde de Espinho. Esta omissão é inaceitável e compromete a confiança da população na ação municipal. A ausência de informação clara e transparente sobre estes projetos fundamentais para o concelho traduz-se em desrespeito para com a Assembleia

Municipal e, sobretudo, para com os cidadãos que aguardam melhores condições de acesso aos cuidados de saúde. Assim, a Assembleia Municipal, reunida em 23 de setembro de 2025, delibera condenar firmemente a falta de esclarecimentos e a postura de desinformação do executivo municipal, que continua sem responder a questões essenciais, nomeadamente: 1. Se as candidaturas apresentadas foram efetivamente aceites e quais os montantes atribuídos a cada uma das unidades de saúde; 2. Quais as datas previstas para o início e conclusão das obras, até hoje nunca tornadas públicas.”

Intervieram:

Bruno Morais (BE): “No fundamental estamos de acordo. Alertamos, na altura, que eramos a favor da criação da nova Unidade de Saúde Familiar para Anta. Agora também é premente pensarmos numa Unidade de Saúde Familiar para a Guetim. E perguntamos, para quando a apresentação da estratégia local para a habitação porque há promessas, mas nada se via, por isso, vamos votar a favor.”

Jorge Carvalho (CDU): “Vou votar favoravelmente esta moção, que é mais uma das queixas que hoje já aqui assistimos de cidadãos, a queixarem-se que a Câmara não liga nada a ninguém. Também os esclarecimentos, os documentos coxos, a informação que não é enviada à Assembleia Municipal, é uma tónica da senhora Presidente da Câmara que, sozinha é capaz de resolver tudo no maior secretismo, é um comportamento que se repete, que já não tem solução, e, embora a Assembleia Municipal tenha o dever de fiscalizar a Câmara, não o consegue fazer porque é tudo escondido.”

Nuno Almendra (PSD): “No âmbito deste documento, é importante ressaltar os pontos importantes neste processo. Existem aprovados 4 financiamentos no valor total de 1.900.000 euros, 350.000 para o Centro de Saúde de Espinho, 115.000 para a USF Mar à vista – Polo de Paramos, 1.070.000 para a USF de Anta e a USF Mar à vista – Polo de Silvalde, 400.000,00 euros. Acontece que, tal como a Sr. Presidente referiu em junho de 2024, as obras dos Centros de Saúde terão de ficar concluídas em 2026, ou seja, todos estes projetos aprovados desde maio de 2024, têm de ficar concluídos no final de junho do próximo ano. A questão que eu ponho, e já pus através de um requerimento a que a Sr. Presidente não se dignou responder, e já lá vão muitos meses, é como vão conseguir, nomeadamente na questão de Anta, construir uma USF desde outubro até final de junho e sabemos que se não o fizerem, vão perder 1.500.000 euros no âmbito da saúde.”

Abel Santos (PSD): “É preciso recordarmos alguns marcos muito importantes neste processo. Nesta mesma Assembleia, em 8/05/2024, foi apresentado com grande detalhe o projeto da nova Unidade de Saúde Familiar de Anta e Guetim. A Sr. Presidente apresentou-nos um edifício moderno de 900 metros quadrados, gabinetes médicos, enfermarias, salas de tratamento e até jardim interior. Falou-se, na altura, de 1.7 milhões de euros de financiamento do PRR. A vereadora



Lurdes Rebelo, à data, a responsável pelo Pelouro da Saúde, reforçou a pressa do processo. As reuniões com a ARS Norte e médicos e a lógica da escolha de um edifício municipal para cumprir os critérios da candidatura. Curiosamente, os vogais do Partido Socialista declararam que estávamos perante um ato de boa gestão do património municipal, dos fundos do município e dos fundos comunitários. Hoje sabemos o desfecho. Espinho não consegue executar fundos do PRR para os centros de saúde. Aliás, o município de Espinho tem a porta trancada, nem os fundos do PRR entram. Nenhum desses anúncios se traduziu em obra realizada. Foi prometido, um exemplo de boa gestão revelou-se apenas propaganda política e o próprio Partido Socialista tinha aplaudido e defendido as suas opções nesta Assembleia, critica, descartando as suas responsabilidades. Ou seja, temos uma presidente que perdeu o apoio do Partido e o resultado sabemos que é, infelizmente o mesmo. Os espinhenses sem obra, sem fundos do PRR e sem melhores condições de saúde. Infelizmente, esta falta de aproveitamento dos fundos não se limita apenas à saúde. É um padrão que temos visto ao longo destes últimos anos. Na estratégia local da habitação perderam-se as candidaturas, nas respostas sociais também se falhou. Espinho ficou para trás enquanto municípios vizinhos avançaram, apresentaram e executaram, estão num patamar totalmente diferente. O PRR foi a maior oportunidade de investimento público nas últimas décadas. Em Espinho transformou-se num retrato de falhanço político, de incoerência e de divisão. Uma presidente sem partido, um PS sem rumo e uma população que paga o preço da ineficácia e da propaganda. No final do mandato, esta conclusão é clara. Espinho perdeu. Perdeu na saúde, perdeu na habitação, perdeu no ensino, perdeu no desenvolvimento social, perdeu na qualidade de vida. E quem perdeu mais, foram os cidadãos desta terra.”

Lurdes Rebelo Vice-Presidente CME: “Gostaria de esclarecer todos os presentes que a submissão ao PRR foi realizada. Já nos transferiram uma parte da verba, embora pequena, e já fizemos a contratualização da aquisição por lotes de serviços de elaboração dos projetos de execução da arquitetura das especialidades no âmbito de todas as unidades de saúde familiares, ou seja, as que já foram mencionadas e, nos valores que também já foram referidos. Isto foi adquirido por lotes e as empresas que venceram este concurso têm um prazo estipulado a cumprir. Portanto, não é por nossa parte que não vamos executar os projetos, estão a decorrer os prazos. A primeira fase era de 20 dias, a segunda fase de 60 dias, e as empresas têm a responsabilidade de acompanhar a execução.”

Nuno Almendra (PSD): “Ouvi atentamente as suas declarações, Senhora Vice-Presidente, e se isto não fosse sério, era engraçado. Receberam algum dinheiro, não sei se sabe, mas no PRR só se recebe o dinheiro em função da obra executada. Não sei se sabe também que a obra tem de estar concluída em junho de 2026. Acho que era preciso, de uma vez por todas, dizer a verdade às pessoas, falar a verdade, porque o Centro de Saúde de Anta, é uma obra de grande envergadura, é uma edificação de raiz, não vai estar pronto em junho de 2026. A Senhora Vice-Presidente, deve

um pedido de desculpa aos espinhenses e dizer que prescindiram de 1 milhão e 70 mil euros na área da saúde, que deitaram fora por incapacidade de execução. Eu entendo que está numa altura de campanha eleitoral, mas de uma vez por todas diga a verdade às pessoas. A seguir falaremos dos vários milhões que perderam. A taxa de execução será de 20% do dinheiro que nós obtivemos. O primeiro mandato, habitualmente, é para preparar e o segundo para concretizar. Só que isto não dá para ser concretizado quando nós queremos.”

Abel Santos (PSD) : “Penso que será um ato de humildade e absolutamente necessário o executivo reconhecer que não esteve bem. Houve uma grande participação sobre este tema. Foi algo que mobilizou os Espinhenses, os Antenses e os Guetinenses. Fizemos várias declarações nesse sentido, independentemente depois da questão política, e alertamos atempadamente sobre as grandes dificuldades que existiam para tornar isto possível. Os prazos são curtos, estamos a falar em junho de 2026, e, já sabíamos, pela especificidade do projeto, pelas condições do PRR, que era um projeto morto à nascença. Ninguém acredita que isto estará a funcionar em 30 de junho de 2026. Na nossa opinião, isto traduz-se em mais um oportunismo, foi necessário apresentar algo, foi necessário justificar, havia outras soluções apresentadas à data para melhorar, para tornar diferente e mais eficiente com outras condições o Centro de Saúde de Anta e Guetim, mas a Junta de Anta e Guetim foi ignorada, bem como outros intervenientes.“

Lurdes Rebelo Vice-Presidente CME: “Faltou-me referir que nos submetemos as candidaturas na data prevista, ou seja, outubro de 2023, simplesmente aconteceu a situação imprevista no país, da queda do governo e, portanto, as candidaturas estiveram paradas durante mais de um ano. Esta Câmara não tem capacidade financeira, sem as verbas do PRR, de fazer a obra, e tivemos de aguardar a resposta que foi dada no final do ano passado. Como sabem, no final dos anos civis e início dos anos seguintes, também não há grande capacidade de fazer concursos e procedimentos, portanto, fizemo-lo logo que possível. Outra questão que eu já esclareci na altura, é que o local onde funciona atualmente a unidade de saúde familiar de Anta, não poderia servir para a candidatura porque não pertence à Câmara Municipal.”

Abel Santos (PSD): “A Sra. Vereadora que tutela à saúde diz-nos que não tem verba para este tipo de intervenções, e que, pelo fato de não ser um edifício municipal, não podiam apresentar outro tipo de solução. Quando isto foi discutido anteriormente, tive a oportunidade de dizer que, não tanto os Guetinenses, que já têm o seu médico de família no Centro de Saúde de Espinho, mas os Antenses tinham de se deslocalizar do centro de Anta para a fronteira da freguesia, não sendo a melhor opção. Surpreende-me muito, à data de hoje, ouvir dizer que 1,7 milhões de euros não são enquadráveis no Orçamento Municipal, e ao mesmo tempo perceber, perante as soluções que foram apresentadas, algumas delas, se não todas válidas, não foram consideradas, apenas e só porque não ouviu todas as partes envolvidas, que podiam dar um contributo de proximidade, porque conhecem a realidade do terreno, mas não foram ouvidos. E hoje estamos a poucos meses



do prazo, não vamos conseguir aproveitar estes fundos. Eu penso que será um exercício de humildade que a Sra. Presidente terá de apresentar a esta Assembleia.”

Presidente CME: “Eu não percebi se o Sr. Vogal Abel se referia a não podermos fazer a intervenção no edifício onde funciona o Centro de Saúde de Anta. Nós não somos titulares do Centro de Saúde de Anta, e a candidatura tinha de ser em propriedade do município. Uma das hipóteses era candidatar a escola onde está a funcionar a Academia de Música, seria um local muito central, mas a Academia de Música ainda continua a funcionar naquele local e quando se apresentou a candidatura, tínhamos de ter um edifício devoluto e propriedade da Câmara Municipal. Não é uma má opção, aquela zona acolhe muitas pessoas, embora seja de fronteira do Concelho de Espinho, mas é um sítio que também os Guetinenses poderiam utilizar, porque temos a Rua dos Combatentes. Sei que os Guetinenses estão no Centro de Saúde de Espinho, e muito bem, somos livres de escolher o Centro de Saúde onde queremos ter o médico de família.”

Nuno Almendra (PSD): “Estamos aqui perante dois sentimentos, o de negação, por parte da Sra. Vice-Presidente, que não consegue encarar a realidade e o da ilusão da Sra. Presidente da Câmara, que vive no mundo da fantasia e consegue fantasiar sobre uma coisa tão séria, tão necessária para os Antenses e que tem implicações diretas na qualidade de vida. E, portanto, perante estes dois sentimentos, de negação de um lado e ilusão do outro, há uma coisa que eu sei, não vamos ter centro de saúde. Estamos em setembro de 2025. O financiamento só existe se a obra estiver concluída em junho de 2026. Pergunto se a escola do bairro, na Ponte de Anta, está registada em nome do município? “

Presidente CME: “quando da apresentação do projeto, já tinha dito que aquele edifício está registado, porque senão não o podíamos candidatar. Quanto à fantasia, comigo já passou há muito tempo. Fui sempre bem realista e acho que todos aqui fomos bem realistas. Depois do que passamos e do que herdamos, fomos muito realistas.”

Votação: aprovado com 23 votos a favor e 1 abstenção.

Nuno Almendra (PSD): *“Moção: Por melhores condições de vida nos complexos habitacionais do concelho de Espinho e por mais oferta de habitação a custos controlados: A habitação é um flagelo atual em Portugal, impedindo muitas famílias, jovens e menos jovens de se fixarem e/ou permanecerem nos locais onde têm as suas raízes, onde nasceram, onde cresceram e onde alguns viveram. A falta de habitação é transversal a todo o território português, mais notória nos grandes centros urbanos e concelhos limítrofes. Num contexto tão difícil para todos, a manutenção do parque habitacional existente e a construção de novos fogos é prioritária. Nesse sentido o PRR constitui uma oportunidade única para alcançar estes dois novos objetivos.. O Executivo eleito pelo Partido socialista e a atual Presidente da Câmara Municipal, em junho de 2023 elaboraram um plano aparentemente ambicioso em estratégia local de habitação, onde*

previam investir 123 milhões de euros na habitação do Concelho. Este plano de execução englobava a requalificação dos fogos existentes, bem como a construção e aquisição de novos fogos. Presentemente, constatamos que nenhuma intenção que constava desse documento foi concluída. Assim, a Assembleia Municipal delibera condenar o Executivo, eleito pelo Partido Socialista e atual Presidente da Câmara Municipal de Espinho, pela não concretização das obras, aquisições definidas na estratégia local de habitação, o que constitui a perda de uma oportunidade única para melhorar as condições de vida de quem habita nos complexos habitacionais e para quem procura habitação no nosso Concelho.”

Intervenções:

Bruno Morais (BE): “Aquando da estratégia local de habitação, com toda a pompa e circunstância, nós ficamos apreensivos com o que nos foi mostrado, pelo timing que nos estavam a dar. Eu disse que íamos chegar a 2025 e a obra ia ser zero e acertei. Denota-se perfeitamente que este tipo de execução, em alguns municípios, é efetuada em cima de joelho, não temos um planeamento a médio prazo. Tentamos que seja de ontem para amanhã e depois não resulta. E depois temos justificações que dá para tudo, que mudou o governo, atrasaram as obras, alteraram os líderes de diversos institutos públicos que apreciam as obras, mas uma coisa é certa, e a Sra. Presidente já o disse aqui, os projetos, na sua grande maioria, não tinham maturidade. Não tinham maturidade porque não foram pensados antes para serem executados quando o PRR estivesse disponível. E como tal, agora temos famílias que tinham criado expectativas enormes de poder ter uma casa à custa acessível e continuam a não ter casa, nem em Espinho, nem ao redor de Espinho, porque os custos são proibitivos.”

Manuel Novais (PS): “Este é um daqueles casos em que, desde 2023, nós tínhamos uma estratégia, começávamos a apontar a estratégia local de habitação. Concordamos parcialmente com o documento apresentado, retirando a parte inicial que tem uma carga meramente panfletária de campanha, concordamos com o teor de crítica desta estratégia local de habitação. Aliás, esta estratégia, neste momento, é marcada pela não existência de estratégia. Todos reconhecemos que os espinhenses têm direito a terem propostas de habitação mais favoráveis e parece inacreditável que ninguém fez rigorosamente nada por estas verbas. Foi-me dito que não era possível fazer projetos porque a Câmara não tinha recursos técnicos e humanos para o fazer e, passado duas assembleias, sensivelmente, já era por causa das verbas se terem esgotado. Perguntei qual era afinal o problema, se falta de recursos humanos ou as verbas terem acabado, mas não obtive nenhuma resposta. O que faz depender a aprovação ou não desta moção é a referência que é feita ao Partido Socialista. É evidente que, numa fase inicial, ainda havia o apoio do Partido Socialista. Neste momento, houve uma cisão entre o Partido e a Presidente e não nos sentimos responsáveis por fazer qualquer tipo de aprovação e gostaríamos que não estivesse esta



referência de fazer sempre associar o Partido Socialista e a atual Presidente. Gostaríamos de não ver essa referência no documento visto que não corresponde à realidade presente.”

Abel Santos (PSD): “Surpreendem-me as palavras do Vogal Novais, tendo em atenção, estes últimos anos que estivemos a partilhar nesta Assembleia Municipal. Além de ter participado numa votação na Assembleia de Freguesia de Anta, e depois nesta Assembleia ter tido algumas dúvidas sobre o que tinha votado em Anta e Guetim, relativamente ao que falamos há pouco, nesta Assembleia não teve a mesma posição, com certeza conseguirá explicar essa sua posição. É curioso ver esta mudança, esta adaptação aos dias de hoje. Naturalmente o Sr. Vogal fará um exercício de reflexão. Na verdade, este executivo prometeu mudar Espinho, e ouvimos isto durante muito tempo. Efetivamente, conseguiram, mas para pior. Oportunidades estiveram disponíveis ao longo destes anos, fundos disponíveis, apoios disponíveis, em grande parte perdidos. Não foi a estratégia que devia ter sido seguida. Houve muita governação por anúncios, muito som, muita festa, e praticamente zero resultados. Não foi um acidente, é o resultado do governo do Partido Socialista e da senhora Presidente. Houve um governo do Partido Socialista e, a partir de determinada altura, da senhora Presidente, Maria Manuel, que nos trouxe ao ponto onde estamos hoje. Se estivéssemos no ponto zero estaríamos bem, mas nós estamos muito abaixo do zero, estamos em terreno negativo, a nível de jardins, de limpeza, de lixo. Não é possível alguém achar normal, nos dias de hoje, ser esse o tema. Nos dias de hoje seria mais para perceber como vai ser o futuro de Espinho, onde podemos apanhar turismo, onde podemos melhorar a performance das empresas de Espinho, recebermos melhor e, acima de tudo, os espinhenses no seu todo terem uma qualidade de vida melhor.”

Leonor Fonseca (Vereadora CME): “Vamos mesmo falar sobre governar para anúncios e governação de anúncios? Vamos mesmo falar sobre manutenção do Parque Habitacional do Concelho? Quero lembrar, nos anos 2009, 2010, aquilo que era ou foi o bairro com pinta em que as únicas pintas que deixou foram as de bolor. É óbvio que todos temos fragilidades, todos temos dificuldades em executar as políticas. É muito mais fácil estar a apontar o dedo para os jardins, a limpeza, o lixo, mas lembrem-se que, em 2009, 2010, um presidente de Câmara andou de mangueira a limpar a Rua 8? Não era vereadora, era número 5, não fui eleita, fui nomeada adjunta durante dois anos. Isto para dizer que, se calhar é mais aquilo que nos une que aquilo que nos separa porque as dificuldades de executar as políticas são transversais e quando se está na oposição, é mais fácil apontar o dedo e criticar. Quando se está na execução, ainda por cima, num mandato de quatro anos, dois deles absolutamente trágicos, tão trágicos para o Partido Socialista como para o Partido Social Democrata. Todos nós sabemos o que queremos para o Concelho, mais habitação, o nosso Concelho limpo e asseado, investimento, progresso, prosperidade. Mas também sabemos que o município, o poder local, para poderem fazer vingar as suas ideias, também estão muito dependentes da tutela, na dominialidade, por exemplo. É importante para

nós sermos nós a gerir o nosso território. Eu também queria que as habitações que, em 2009, estavam devolutas e estavam inabitáveis no Parque Habitacional Social, tivessem ao longo daqueles 12 anos sido recuperadas e entregues. Mas passou 2009, 2010, 2011, 2012, até 2017, a altura em que eu achei ingenuamente, talvez inocentemente, que podia fazer diferente. E a verdade é que não ficaram prontos a habitar e a dar resposta aos agregados, como diz o colega do BE, que tanto necessitam dessa habitação. Passaram mais quatro anos e passou uma oportunidade perdida, por exemplo, de fazermos a requalificação da rede de abastimento de água. Na rua 19, nos 2 anos do Covid, teria sido ouro sobre azul e também foi perdida. E tantas outras perdidas que, se calhar, qualquer um destes quadrantes políticos teria vontade, mas encontrou obstáculos. Estes quatro anos foram trágicos e estes dois últimos anos de muitos tropeções. Mas nós sabemos agora exatamente o que é preciso fazer, até porque conseguimos agora estabilizar as equipas da autarquia que estiveram absolutamente inertes, com o peso da responsabilidade, o peso que lhes era imputável pela operação Vortex, que todos conhecem, e que foi absolutamente onerosa para o circunstancialismo diário da autarquia. Vamos ser um pouco comedidos, sei que estamos numa época pré-eleitoral, e é muito fácil atirar pedras, mas não esqueçamos que também temos telhados de vidro.”

Abel Santos (PSD) protesto: “Realmente é fantástico perceber como as coisas mudam ao longo do tempo. Ter acompanhado as suas intervenções ao longo destes quatro anos e, enquadrá-las no momento atual em que vivemos, é um exercício hilariante. Para alguém que já percorreu um enorme espectro político ao longo destes últimos anos, é hilariante. Tenho a certeza, que a Sra. Vereadora está do lado errado neste momento. Esteve no lado certo, defendeu as causas certas, lutou por elas e agora nega a estratégia que foi desenvolvida e onde hoje estaríamos se, eventualmente, não tivesse deambulado por outras paragens. Estes quatro anos, estes dois e pouco se quiserem segmentar, não se traduziram em melhorias para a cidade de Espinho e, acima de tudo, para os munícipes de Espinho. Não houve, por parte do executivo, um reconhecimento dessas falhas e é absolutamente mandatário, que se perceba as oportunidades, todas que Espinho perdeu, principalmente no âmbito do PRR. O executivo municipal, o executivo do Partido Socialista, que a Sr. Presidente Maria Manuel, entendeu assumir, falharam.”

Presidente (CME): “Quando ouço falar em manutenção dos bairros, eu fico muito feliz, foi pena essa manutenção não ter existido ao longo dos anos, porque senão não tínhamos chegado à degradação em que eles se encontram. Em relação à estratégia local de habitação e tenho humildade suficiente para dizer que assumi esta Câmara sem estratégia nenhuma, que estivemos a fazer, e que nenhum dos partidos está isento de culpa, um vendeu a estratégia local de habitação como sendo o ovo de colombo, havia dinheiro para tudo e mais alguma coisa. Quando assumimos, submetemos as candidaturas todas, e as candidaturas eram até ao dia 31 de março, as que eram possíveis eram pertença do município. O bairro de Paramos foi submetido no dia 15 de fevereiro,



posteriormente soubemos, no mês de dezembro, já não existia dinheiro para nenhuma candidatura. O bairro de Paramos ainda esteve na possibilidade de não ficar fora da estratégia local de habitação, reunimos com o secretário de Estado, mudança de governo socialista para mudança de governo PSD, cai novamente o governo PSD, é eleito um outro governo PSD, houve mudança de presidência da IHRU. Estávamos a ser confrontados com perguntas sobre o grau de maturidade dos nossos projetos e a última informação, e não foi há muito tempo, foi que não estava na estratégia local, não iam ser disponibilizadas verbas, não havia dinheiro. Isso não nos impediu de avançarmos com o orçamento municipal, e está aprovado com o Tribunal de Contas, a empreitada está pronta a ser lançada. Em dois anos, fizemos o que nos foi possível, trabalhou-se muito para chegar aqui, porque não dispomos de gabinetes que façam projetos, com exceção da Rua dos Combatentes, temos de contratar fora, o que demora tempo a conseguir.”

Nuno Almendra (PSD) protesto: “Relativamente à sua herança, quero lhe lembrar que o Executivo eleito pelo Partido Socialista recebeu um contrato no âmbito do primeiro direito, com financiamento garantido de 50% do IRHU, 40% do empréstimo bonificado e 10% do autofinanciamento, para a reabilitação de 132 fogos. Estamos a falar de Unidade Residencial de Anta, Unidade Residencial também em Anta, o Bloco F, o Bairro de Santa Casa de Misericórdia, o Bairro Novo e a Ilha de Ramos. O primeiro concurso para 26 mil fogos foi preenchido e, portanto, já não havia mais verba disponível, mas em setembro de 2024, o Governo aprovou a Resolução nº 129/2024, que garantia o financiamento das candidaturas dos 33 mil fogos restantes, sendo que, em função da data de conclusão das obras, havia percentagens de financiamento diferentes, 100% até junho de 2026, algo inalcançável em Espinho, 85% em dezembro de 2026, 75% em junho de 2027 e 60% em dezembro de 2030. Era preciso candidatar e esse é o grande problema deste Executivo, tem dificuldades em fazer candidaturas, começando logo na estratégia local de habitação, que dos 127 milhões previstos de investimento, só conseguiu candidatar 77 milhões. Só nas candidaturas perdemos 40%, 50 milhões. As dificuldades, obviamente, são muitas, mas Famalicão, 344 habitações, das quais 222 estão prontas. Moita 6, Funchal, 30, Castro Daire 22, Manteigas 14, Tomar 44. Almada 28. Da estratégia local de habitação inicial, nós conseguimos aprovar 3.750.000.000 para 19 fogos, em que o contrato com o IHRU veio a esta Assembleia. E esse também já não vai conseguir fazê-lo, porque terminava em junho de 2026 o prazo para conseguir empréstimo.”

Presidente CME interrompeu e referiu que o vogal estava completamente enganado.

Nuno Almendra prosseguiu: “temos 12 fogos do Bloco F, que deviam ter terminado em dezembro de 2023 e que hoje ainda andamos a falar do Bloco F. De 127 milhões, temos executados 122.000 euros, 0,1% do inicialmente previsto. Isto é a realidade do nosso município, do seu executivo, é esta a sua aposta na habitação e é também isto que a Vereadora Leonor defende”

Presidente da Junta de Freguesia de Paramos: “ Estamos a falar de um documento, de um protesto contra a Câmara sobre a questão da habitação, dos bairros. Como presidente de Junta, em todos os meus mandatos, 12 anos, falei com todos os presidentes da Câmara dos problemas da habitação social em Paramos, em que ao fim de algum tempo, começaram a surgir os problemas. Ao fim de 25 anos, aquele bloco habitacional, teve muito pouca intervenção e cuidados. No segundo mandato, do Presidente Pinto Moreira, chovia dentro de algumas habitações e foi pensado fazer uma cobertura total daqueles blocos e foram anunciados 150 mil euros para fazer a cobertura total daqueles blocos, depois, foram lá gastos cerca de 35 mil, e feitas as hortas comunitárias. Já no final do último mandato de Pinto Moreira, era Lurdes Ganicho vereadora das obras que, por falta de tempo, não fez a obra, orçamentada em cerca de 35 ou 40 mil euros, tendo sido o Presidente da Câmara eleito, Miguel Reis, a fazê-la. Estas foram a totalidade das obras naquele bairro. Há necessidade de intervenção naquele complexo habitacional, chove dentro dos apartamentos como chove na rua, e isto não dura há 4 anos, mas já há 12 ou mais. Temos todos de ter a responsabilidade de, quando falamos nestas questões, falarmos a pensar nas pessoas que, muitas vezes não cuida como deve das habitações, mas nós, autarcas, temos a obrigação de os ensinar, de os formar e de os mentalizar para que trabalhem, para que tenham as melhores condições de vida, mas que também tenham de fazer alguma coisa por esses espaços onde estão a viver.”

Jorge Carvalho (CDU): “ Eu irei voltar favoravelmente esta moção. No entanto, há aqui dois aspetos em que discordo, porque são uma ilusão, um deles é o PRR. Criou-se a ilusão de que a União Europeia ia fazer todas as obras que as câmaras quisessem e depois o dinheiro não chega. A União Europeia quer criar a ideia de que são muito amigos de Portugal e o dinheiro chega quando chega. E também, o governo quer mostrar que apoiar toda a gente. O PRR trouxe um atraso ao desenvolvimento local, porque as câmaras ficam à espera da lotaria, sendo que o PRR não dava para todos. Outra ilusão é que, agora as casas devem ser construídas a custos controlados, mas ninguém diz quem controla. O custo controlado não é um custo acessível, não há normas que definem quem é o controlador. Os bairros estão numa miséria porque foram mal construídos, e foram mal construídos porque a Câmara não vigiou devidamente. Há um polo de corrupção generalizado nas câmaras, que é a construção em que são metidos, não há fiscalização para fazer cumprir. A prioridade é a festa e não é resolver o problema das pessoas. O dinheiro gasto na contratação de um cantor daria pelo menos para arranjar o teto deste tal prédio que mete chuva. O que se gasta em atividades desnecessárias dava para construir várias casas e resolver o problema de várias famílias.”

Nuno Almendra (PSD) protesto: “O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paramos, às vezes relativiza, um pouco as coisas e daí também a sua abstenção sobre o documento anterior. Corremos o risco de perder 115 mil euros para a remodelação da unidade local de saúde da



Freguesia a que preside. Relativamente à questão da reabilitação do bairro de Paramos, eu compreendo que para si a origem do dinheiro seja indiferente, mas quem está a gerir o município devia ter essa preocupação e, certamente, os restantes presidentes de junta de freguesia vão exigir, também, 3,7 milhões de euros para reabilitar o parque habitacional que está tão ou mais degradado. Outra questão importante é que, em junho de 2023, as necessidades do complexo habitacional eram 20 milhões de euros e agora anuncia-se a obra por 3,7 milhões. Alguma coisa vai falhar e era importante, tendo em conta essa sua preocupação, acautelar o que vai falhar e denunciar o que vai falhar.”

Presidente JF Paramos referiu que: “Obviamente sou o presidente da Junta de Paramos e não me importo que as obras sejam feitas seja por quem for. Estou aberto a qualquer verba, desde que seja em benefício da população de Paramos. Há uma área de terreno para construção, em Paramos, os famigerados terrenos da Lomba, em que os resultados são zero, estão lá há 25 anos, tendo atravessado mandatos do PS e do PSD. Não posso condenar apenas a política de habitação desta Câmara.”

Votação: o documento foi aprovado com 11 votos a favor, 10 abstenções e 1 voto contra, com a presença de 22 membros.

Entrou-se na Ordem do Dia, com o ponto 1. Aprovação do projeto de dissolução e liquidação do Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria (PERM EIM).

No uso da palavra a Presidente da Câmara disse que: “Trata-se da dissolução do Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria que foi criado em 2009 pela Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, para recuperação de materiais com o capital de 50 mil euros com o objetivo de eliminar a degradação ambiental com o elevado número de sucateiras a céu aberto. Cumprida essa função, neste momento a Associação de Terras de Santa Maria não vê necessidade em continuar com esta associação. A dissolução não tem custos para o município e o município de Espinho é o último em que falta a votação.”

Bruno Morais (BE): “Este processo de dissolução levanta-nos muitas dúvidas de transparência, interesse público, gestão de bens comuns e consequências para os munícipes, desde a sua criação. Temos aqui uma empresa intermunicipal em que os municípios têm 51% desta empresa e os privados têm 49%, e aconteceu que, quando entrou em funcionamento, a maioria das sucateiras existentes já estavam licenciadas, ou seja, o grande objetivo da sua criação já se tinha esfumado. Foram 16 anos de acumulação de prejuízos, o passivo é de 815 mil euros, sendo que a maior dívida é de 686 mil, na sua maioria referem-se a suprimentos a uma empresa chamada ABB. Para suprimir este passivo mais o que se deve à autoridade tributária, esta dissolução prevê a venda de um edifício que é, por assim dizer, o património mais valioso deste parque empresarial a outra sociedade que também é da ABB, com o nome ABB Irmãos Borges e Imobiliária. Cheira mal

este negócio, esta dissolução. 16 anos de prejuízos e acaba por privilegiar o desinvestimento no setor público em vez da sua modernização e adaptação. Representa a privatização de um ativo público, estes terrenos foram todos loteados, foram todos transformados, terraplanados com dinheiros públicos, dinheiros da União Europeia e agora vão se esfumar a custo zero para o município, mas contabilisticamente a ABB vai fazer aqui um grande negócio. Vamos votar, obviamente, contra.”

Votação: aprovado por maioria com 13 votos a favor, 10 abstenções e 1 voto contra.

Minuta de deliberação: “ Projeto de dissolução e liquidação do Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria (PERM EIM). A Assembleia Municipal de Espinho, no exercício da sua competência conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), deliberou aprovar o projeto de dissolução e liquidação do PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, EIM, nos termos e com os fundamentos constantes da documentação remetida pela Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (AMTSM) e de acordo com a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Espinho, aprovada em sua reunião ordinária de 25/08/2025. A decisão foi tomada por maioria dos presentes, com 13 votos a favor, 10 abstenções e 1 voto contra. A presente minuta, aprovada pelo plenário, por unanimidade, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis.

Declaração de voto

Bruno Morais (BE): “Votamos contra porque quando da criação deste parque empresarial, já devia ter sido reorientado para novos objetivos de economia verde e não foi, gerir centro de reciclagem e economia circular e não foi e devia ter alinhado com as metas ambientais da UE, bem como atuar como instrumento de planeamento industrial verde e intermunicipal em vez de andar a acumular prejuízos e perdermos os fundos lá investidos.”

Ponto 2. Proposta de Projeto de “Regulamento de Organização e Funcionamento da Polícia Municipal de Espinho” após consulta pública.

No uso da palavra a Presidente CME disse que: “O que vem a esta Assembleia Municipal é o projeto de regulamento de organização e funcionamento da Polícia Municipal de Espinho que esteve em consulta pública e 7 cidadãos manifestaram, portanto, a sua opinião relativamente a esta proposta, o sindicato nacional da Polícia Municipal também se pronunciou e foram acolhidas sugestões apresentadas. O que nos traz aqui é a aprovação ou não do regulamento de organização de funcionamento da Polícia Municipal. Lembro que a Polícia Municipal teve início numa reunião em 4 /09/2023, sendo que a deliberação foi tomada por unanimidade e tem passado pelos sucessivos processos até chegar a esta proposta de regulamento. O principal objetivo não é a caça



à multa. Também acolhemos a opinião da PSP que tem falta de efetivos e uma das suas principais funções é a ação criminal. A GNR não tem competências para atuar em Espinho.”

Abel Santos (PSD): “Estamos perante uma decisão séria, a criação de uma Polícia Municipal para Espinho. Esta decisão chega-nos a poucos dias do término do mandato e a escassos dias das eleições. A segurança não pode ser usada como peça política de último minuto. Vários cidadãos estiveram ali a expressar as opiniões e posições e contributos e que os atores políticos devem ter em atenção e não podemos ser arrogantes ao ponto de não ouvir a população. Temos de ouvir, temos de perceber o que está a passar à nossa volta e não nos fechar numa bolha a pensar que estamos a decidir bem, estamos a fazer o melhor e depois recebemos os contributos da população e ignoramos. As dúvidas são muitas, por exemplo, porquê criar um Corpo de Polícia para 21 quilómetros quadrados, 31 mil habitantes, onde a criminalidade já apresenta uma tendência decrescente. Temos de olhar para os dados com toda a atenção. Por que razão avançar quando a PSP já dispõe de esquadra com capacidade para garantir a segurança do município. Por que razão optar por um investimento que se pode considerar milionário para a situação atual do município, onde não temos dinheiro para serviços básicos, para o dia a dia. Recursos humanos, logísticos, algumas vezes duplicados, dependência direta da presidência da Câmara, a questão da hierarquia não está bem clara, faltam os mecanismos de participação da sociedade civil, tantas carências no município, parques infantis, rede viária degradada, habitação social insuficiente e equipamentos municipais inoperacionais. São problemas reais e urgentes e estamos a falar na Polícia Municipal. Isto é um tipo de medida, em que não se pode improvisar, não é de uma vontade, de repente, pela proximidade de eleições, pela pressão eleitoral, que se vai criar a Polícia Municipal. Este não é efetivamente o momento certo.”

Bruno Morais (BE): “Para nós, isto é mais uma proposta absurda, sem qualquer sentido nesta fase, há três semanas das eleições, e parece mesmo uma proposta eleitoralista. Depois é uma proposta sem sustentabilidade financeira, duplicadora de funções, inimiga dos bolsos dos cidadãos, que vão ser eles a pagar a Polícia Municipal, e que revela uma visão muito limitada no futuro para Espinho. Cinco cidadãos fizeram aqui intervenção sobre a Polícia Municipal, acho que resumiram tudo. Prevê-se um saldo negativo, como disseram, de 1.300.000 logo numa fase inicial. E agora pergunto, senhora presidente, 1.300.000 euros, que prevê investir aqui, e temos armazéns da Câmara, sem obras onde, chove lá dentro, cai fibrocimento em cima dos trabalhadores, não há material para trabalhar, e a prioridade é a Polícia Municipal. Zonas verdes em Espinho ainda retiraram dinheiro de orçamento, mas há 1.300.000 euros para a Polícia Municipal. Se os espinhenses e quem nos visita se portarem bem, não vão pagar multas, cumprem o Regulamento Municipal de Trânsito, estacionam bem, o prejuízo anual já não é de 226.000 euros, mas pode ser de 700.000 euros ano, para além da pequena dimensão do Concelho. Ovar em 2019, 2020, pensou numa Polícia Municipal e desistiu, e tem um território muito maior que o nosso. Outro ponto

menos positivo aqui deste regulamento, não há canais formais para os cidadãos apresentarem queixas ou reclamações sobre as atuações da Polícia Municipal, e não foi corrigido. E deixo o melhor para o fim. Uma vez mais, vamos aproveitar a propriedade privada para colocarmos lá os nossos serviços públicos, o quartel dos Bombeiros está previsto como sede da Polícia Municipal. Não pode haver misturas e em Espinho continuamos a misturar muitas coisas. Como tal, vamos votar contra este regulamento.”

Jorge Carvalho (CDU): “Ninguém foi eleito tendo no seu programa a possível criação de uma Polícia Municipal. No tempo de José Mota, admitiu-se a hipótese de criar uma Polícia Municipal, fez-se os estudos e desistiu, porque isto não tem justificação nenhuma, e foi a posição unânime de toda a gente, não se justificava a Polícia Municipal. Curiosamente, no Executivo atual, ninguém votou contra. Chamava a atenção da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que não podia admitir este documento, porque, de acordo com o constante no artigo 2.º decreto-lei 197/2008, na deliberação da Assembleia Municipal que crie a Polícia Municipal, são obrigatoriamente aprovados: a) o regulamento de organização e funcionamento da Polícia Municipal; b) o primeiro mapa da Pessoal. Isto não veio à Assembleia. O artigo 3.º da mesma lei diz que o regulamento obrigatoriamente traz a descrição com recurso a elementos figurativos dos distintivos heráldicos e gráficos do município para uso nos uniformes e viaturas, este regulamento não tem. A Sra. Presidente tem fetiche pelas fardas, ficou encantada de ser comandante da Polícia. O regulamento tem de caracterizar as instalações de funcionamento da Polícia Municipal, mas não diz onde ficam instaladas. O mapa de pessoal tem um limite máximo de Polícias que são três agentes por mil cidadãos eleitores. A Câmara não diz, não nos apresentou qualquer estudo, não referem qual vai ser a despesa disto, quantas viaturas serão necessárias. A Câmara pediu ao sindicato da Polícia que fizesse o regulamento, porque tem inclusive, o artigo 6º que é uma cópia do artigo 4º da Lei, que já foi revogado, falando de uma Polícia mortuária. O sindicato da Polícia não apresentou nenhuma proposta, só apresentou uma carta a fazer o elogio e dos doze cidadãos que estiveram contra, nada consta. A única alteração que fizeram foi no artigo 20.º onde metem um adjunto ao Comandante. No regulamento consta a fiscalização do limite de velocidade, mas não tem competência para isso. Para dar a receita que a Câmara quer, vais ser uma perseguição. A receita são 53% para a Câmara, 35% para o Estado, 10% para a Associação Rodoviária. A Câmara está a criar uma polícia camarária de perseguição ao cidadão. Por outro lado, embora a lei diga que a Câmara só a partir do momento do dia das eleições, até à posse do novo Executivo, fica impedida de deliberar, de dar promoções, de fazer concursos, os juristas defendem que isso deveria ser contado a partir do dia em que são marcadas as eleições, portanto, a partir desse dia a Câmara deveria entrar em gestão, sem comprometer em nada o próximo Executivo. A proposta está viciada de lei e não se pode por a votação, tem de ser devolvida à Câmara.”

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPINHO



Presidente da AME: “ O Sr. Vogal tem toda a razão, e a Mesa tem que fazer “mea culpa” por ter aceite a informação que nos chegou. A Mesa, infelizmente, não sabe tudo, e tem de assumir o erro. De facto, enquanto estava a fazer a intervenção, eu confirmei que existe, uma deliberação de reunião de Câmara para a intenção de criação da Polícia Municipal de Setembro de 2023, que nunca foi enviada a Assembleia. Vou retirar este ponto de ordem de trabalhos, por não cumprir as regras legais, e pelo menos, percebemos hoje qual é a perceção geral da sociedade civil relativamente a este tema.”

Presidente CME: “Foram apenas sete cidadãos que se pronunciaram, mas não é sobre isto que eu queria falar, porque acho que a Polícia Municipal, em qualquer momento, pode ser constituída e é um processo longo, não é um processo imediato. Apenas quero referir ao Sr. Vogal da CDU, que não deve utilizar e nem lhe admito que utilize os termos que utilizou relativamente a minha pessoa. Eu não tenho idade para fetiche, já lhe disse uma vez, e nunca nesta Assembleia alguém pode dizer que eu fui incorreta, porque não sou, e, portanto, não admito que as pessoas sejam incorretas comigo. Portanto, fica aqui a minha indignação, perante a sua forma de se dirigir à Presidente da Câmara, que eu desconfio, é por ser mulher.”

Jorge Carvalho (CDU) defesa da honra: “Sra. Presidente, eu não fui malcriado, o fetiche não é um insulto, o fetiche é um gosto que a senhora tem pelas fardas, isso não é bom, nem é mau. Eu não acusei a sra. Presidente de roubar uma farda ou de bater numa polícia, não é por ser mulher, a crítica que eu lhe faço é por ter ocupado um cargo que apanhou vazio, porque não foi eleita, ocupou a cadeira, ficou deslumbrada e, até hoje, não pensa noutra coisa.”

Dado o adiantado da hora, a Presidente da Assembleia deu a reunião por encerrada e informou que a sessão continuaria no dia 30/09/2025 pelas 21.00 horas.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
